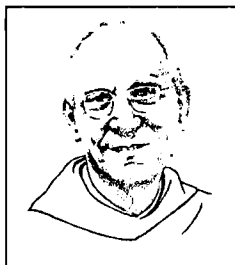


# O que é ou deve ser uma escola

O governo anuncia o propósito de emendar os arts. 211 e 212 da Constituição para obter uma melhor distribuição das verbas e encargos com os Estados e municípios e, assim, dar maior ênfase ao ensino fundamental. O plano de atender melhor e ampliar o ensino básico é uma boa notícia. Sabe-se, contudo, que os diversos níveis do ensino se relacionam entre si numa reciprocidade de causa e efeito. Sunt sibi invicem causae. A melhora de um depende da melhora do outro. Há, em verdade, uma canalização avultada de verbas mal aplicadas ou desaproveitadas para o ensino superior em detrimento do primário e médio. De outro lado, sabendo-se que com o custo de um aluno em nível superior se educariam 30 na alfabetização, (ou 83 como o MEC teria informado recentemente) e quando se pensa que ser alfabetizado é condição

necessária para ser gente, enquanto um título superior é, de certo modo, um privilégio, não sei se devia causar tanto pavor e pruridos "democráticos" a idéia de um ensino superior público pago por quem pode pagar, enquanto perdurar a deficiência nos níveis infe-



**A escola  
começou  
assim, o  
alfabetizado  
entregando o  
alfabeto**

bas e prédios. Estará, em parte, nos usos desviados, entre o pomposo e os aproveitadores. Está muito mais na visão correta do que é ou deve ser uma escola. Qual a sua função? Ensinar, fazer aprender? Ou uma hora de criança, a estilo Xuxa?

Antes, porém, de considerar esse aspecto, haja um lamento: por que não surge a necessária ousadia e a convicção democrática de que o bem do povo é a lei suprema — *salus populi suprema lex* — para emendar antes o artigo 209, restabelecendo, a forma das constituições anteriores. O artigo 209 diz: "O ensino é livre à iniciativa particular, a qual receberá o amparo técnico e fi-

riores. Como observa Friedman: "Não há justificativa para (o Estado) subvencionar o ensino superior de alguém se isso é feito às expensas (ou em detrimento) dos que nada conseguimos (*Liberdade de Escolher*, cap. VI). O contra-senso ocorre, entre nós: um estudante rico tem ensino gratuito na universidade à custa de 30 crianças (ou 83) de 6 anos, sem recursos, que ficam sem escola.

O grande problema, porém, a meu ver, não está na distribuição de ver-

nanceiro dos poderes públicos, inclusive mediante bolsa de estudos (Constituição 1969, 176 § 2º). Se o objetivo é tornar a educação acessível a todos, a que título — tendo em vista o bem do povo — impedir o governo, na Constituição, de usar a iniciativa privada, se esse caminho se apresentar como o mais barato, mais eficiente e mais capaz de beneficiar mais gente? Deixando essa pergunta como desafio a quem quer que veja o bem do povo, da pessoa humana, como a lei suprema, voltemos à proposta do Executivo para dizer algo sobre seu alcance.

Melhorar a situação do professor é uma medida sadia. Sem um mínimo de conforto, não há virtude, nem animação. Sem uma certa alegria, a aula se esteriliza. Já não consigo entender por que se diz pretender acabar com o professor leigo (não diplomado). Seria ótimo que todos os professores tivessem alta formação. Mas, enquanto não chegamos lá, por que impedir que a tia, lá do sertão, transmita aos seus sobrinhos e vizinhos o que tem — o seu alfabeto — as suas poucas letras? A escola começou assim, o alfabetizado entregando o alfabeto. Essa comunicação de bens não só deve ser permitida, mas apoiada e, até, se possível, aprimorada.

O problema, a meu ver, apesar dos desvios, não é tanto de dinheiro e prédio. É de gente que acredite na educação. Acreditar na educação é acreditar no ensino. Se educar significa *educere*,

tirar de dentro, ensinar vem de *insignare* ou *insignire* que expressa colocar no interior um sinal. É ajudar o outro a crescer. A mente humana tem riquezas infinitas, mas precisa ser escorvada para que essas riquezas acordem do silêncio. É necessário acreditar e exigir o conteúdo. Disse exigir. Isto é, cobrar, corrigir. A escola modernosa está deixando as crianças morrerem de inanção ou a procurarem na droga e no vício a alegria que não obteve pelo esforço solicitado do aprender. A alegria de chegar à verdade está sendo substituída pelo prazer dos movimentos irracionais. O grande problema é a escola ser escola. Como nos adverte Christian de Duve (*L'Avenir de la Vie*, Segherš; 1981, pág. 147): "Infelizmente, cada vez se educa menos a criança a observar uma disciplina, seja ela física ou intelectual. Deseja-se evitar o esforço, suprimir qualquer medida coercitiva, que certos educadores consideram traumatizantes para a criança. Espero que haja, em breve, uma reação. Pois não se pode aprender a pensar, sem esforço; sem usar meios coercitivos, impostos inicialmente de fora para dentro, até que se tenha aprendido a impor-se por si mesmo, de dentro para fora. Para mim, é daí que vem o irracional, a fraqueza na utilização crítica da razão, a ausência do rigor do pensamento".

■ Dom Lourenço de Almeida Prado é reitor do Colégio São Bento do Rio de Janeiro